



University of  
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

[www4.fsnet.com.br/revista](http://www4.fsnet.com.br/revista)

Rev. FSA, Teresina, v. 17, n. 3, art. 16, p. 265-288, mar. 2020

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2020.17.3.16>

DOAJ DIRECTORY OF  
OPEN ACCESS  
JOURNALS

WZB  
Wissenschaftszentrum Berlin  
für Sozialforschung



**A Rua e a Casa: Uma Reflexão Dialógica Sobre Espaços Públicos e Privados**  
**The Street and the House: A Dialogical Approach About Personal and Collective Spaces**

**Angela Maria Rubel Fanini**

Doutora em Teoria da Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina

Professora do Uniandrade e da Universidade Tecnológica Federal do Paraná

E-mail: [rubel@utfpr.edu.br](mailto:rubel@utfpr.edu.br)

**Gilberto Gnoato**

Doutor em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná

E-mail: [gnoato.gilberto@gmail.com](mailto:gnoato.gilberto@gmail.com)

**Endereço: Angela Maria Rubel Fanini**

UTFPR, Av. Sete de Setembro, 3165, Curitiba, CEP:  
80230-901, Curitiba/PR Brasil.

**Endereço: Gilberto Gnoato**

UTFPR, Av. Sete de Setembro, 3165, Curitiba, CEP:  
80230-901, Curitiba/PR Brasil.

**Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar  
Rodrigues**

**Artigo recebido em 05/02/2020. Última versão  
recebida em 17/02/2020. Aprovado em 18/02/2020.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review  
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review  
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

**Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação**

**Apoio e financiamento: CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.**



## RESUMO

Este artigo aborda as contradições entre a casa e a rua, espaços diversos, ao longo da história humana, concentrando-se na trajetória burguesa em que a casa é espaço do indivíduo e da microfamília em oposição à casa pertencente às classes populares bastante diversas daquela. Os cortes de classe social criam espaços diferentes para o ambiente doméstico. O espaço doméstico idealizado na ideologia liberal entra em contradição com as reais condições sociais, econômicas e políticas de existência dos indivíduos, explicitando-se em sua desarmonia em que avultam feminicídios, violência e autoritarismo.

**Palavras-chave:** Classes Sociais. Casa. Rua. Indivíduo. Coletivo

## ABSTRACT

This article addresses the contradictions between the house and the street, different spaces throughout human history, focusing on the bourgeois trajectory in which the house is the space of the individual and the microfamily as opposed to the house belonging to the popular classes. different from that. Social class cuts create different spaces for the home environment. The idealized domestic space in liberal ideology contradicts the real social, economic and political conditions of existence of individuals, being explicit in its disharmony in which feminicides, violence and authoritarianism loom large.

**Keywords:** Social Classes. Home. Street. Individual. Collective.

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 A sociedade das casas e a vida privada

Entre 10.000 e 6.000 a.C., alguns grupos humanos deixaram de viver em busca da caça como única fonte de alimento para explorar a agricultura e criar animais em cativeiro. Uma das consequências fundamentais dessa transição foi o abandono do nomadismo e do abrigo das cavernas para a fixação do homem na terra e a fundação da sociedade das casas (CHILDE, 1986; BRYSON, 2011). O embate com a natureza, enfrentando toda sorte de perigos, fez com que o homem criasse para si uma “segunda natureza material”, desenvolvendo a técnica mediante o trabalho. Surge o *homo faber* detentor de técnicas de sobrevivência, utensílios, armas, ferramentas e abrigos. Articulada a essa materialidade, surge o *homo symbolicus*, uma segunda natureza constituída de cultura imaterial que cria e recria a realidade a partir da linguagem e de valores morais e éticos de conduta. Entre 6.000 e 3.000 a.C., na China, Egito, Índia, Mesopotâmia, América Central e Andes, surgiram as grandes cidades (BRYSON, 2011, p. 50). O homem vive entre o simbólico e a materialidade, e a casa vai surgindo como proteção, agregação de seus membros, símbolo de *status* e de poder, aliando o material ao imaterial.

Montar uma escala do tempo para dizer quando exatamente nasceu a sociedade humana, constituída por famílias e habitando em casas, seria pouco provável, mas a antropologia estrutural de Claude Lévi-Strauss afirma que a passagem da natureza para a cultura ocorreu quando a horda primitiva foi impedida de agir somente pelos instintos e passou a ser conduzida por regras sociais. A primeira regra fundante da humanidade, segundo esse autor, foi a proibição do incesto. O casamento exogâmico foi o dispositivo que permitiu a aliança entre grupos rivais e a formação da família – considerada a primeira instituição humana. A ordenação do matrimônio como sistema de trocas é, até os dias de hoje, o maior sistema de organização social, denominado pela antropologia estrutural de “sistema de parentesco” (Lévi-Strauss, 2003). Para o antropólogo, o casamento funda a sociedade humana à medida que estabelece a união de grupos diferentes por um ritual que imprime um sistema de reciprocidades por meio de uma intensa troca, de grupos sociais, de pessoas, de nomes, de bens materiais de afetos e de obrigações, cujo objetivo fundamental é constituir uma família.

As casas serviram de *habitat* para essa família humana. No entanto, a estrutura da casa encontra-se em constante transformação, moldando-se, entre outras variáveis, ao clima, à cultura, ao processo da alteração urbana, à questão econômica. Com certeza, em sociedades

comunitárias, a casa é bem diversa daquela em sociedades fundadas no indivíduo. O espaço físico da casa se modifica bastante quando o indivíduo passa a ocupar um papel preponderante nas relações sociais (DUMONT, 1992, p. 35). Isso ocorre, mais concretamente, na Idade Moderna, quando uma nova noção de sujeito advindo das teorias liberais passa a protagonizar a cena. Assim, torna-se também necessário particularizar o espaço doméstico em diversos cômodos. Ao contrário das sociedades modernas, nas “sociedades holísticas”, nos termos de Dumont (1992), as casas possuem poucas peças, já que este sistema social enfoca o todo e não as partes. De forma geral, são peças extensas que servem para abrigar grandes famílias e agregados de outros grupos sociais ou parentes que compactuavam uma atividade comum à da família local. A família extensa aí é abrigada com parentes, agregados, amigos, viajantes. Já, a família de origem liberal-burguesa é pequena, intimista, fechada ao público não pertencente por laços consanguíneos ou institucionais. A casa e sua arquitetura acompanham essas mutações. Na Literatura Brasileira, o romance *Usina* de José Lins do Rego<sup>1</sup> narra a vida na casa-grande com seus inúmeros membros legais e agregados, em que o compadrio é fenômeno que os une. Ali, a cozinha é importante cenário de manifestação social, pois esse cômodo é frequentado por muitos que ali passam e residem, sendo local de conversação e encontro.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundação da casa com diversas repartições, separando seus membros e oferecendo privacidade para o sujeito que dentro da casa tem seu cômodo particular, é uma invenção recente e coincide com o advento de uma nova subjetividade que surge na cultura do Ocidente, pois até que despontasse sua aparição, as moradias eram estritamente mais modestas ou menos divididas.

Até as casas mais grandiosas tinham apenas três ou quatro cômodos: o hall, a cozinha e, talvez, uma saleta lateral conhecida como bower (sala particular), parlour (parlatório) ou chambre (câmara), onde o chefe da casa podia tratar de seus assuntos pessoais. As pessoas davam tão pouca importância aos quartos que, no sentido

---

<sup>1</sup> Ao longo do texto citaremos exemplos advindos de romances clássicos das Letras nacionais sobejamente conhecidos visto que são leituras obrigatórias no ensino fundamental. A literatura é fonte cultural importante e documenta a vida cotidiana e pode ser usada como fonte histórica para ilustrar fatos da vida nacional. Não listamos nas referências, pois não citamos fragmentos uma vez que este trabalho não é análise literária específica de textos, utilizando-os como fonte mais genérica de saber sobre as relações entre a casa e a rua. Não há necessidade de referenciar uma edição específica, pois tratamos de romances cuja fábula é de conhecimento geral da cultura literária brasileira. Os romances apresentam sempre o cenário familiar e o público onde se alocam os personagens e onde vivem sua vida afetiva, política, cultural e histórica.

moderno, a palavra “room”, significando recinto fechado ou aposento separado, só foi registrada em inglês na época dos Tudor, no século XVI” (BRYSON, 2011, p. 66).

No Brasil colonial, desde as primeiras décadas do século XVI até o século XIX, as casas populares se constituíam de uma ou duas peças que abrigavam ao mesmo tempo as mais diversas tarefas. No mesmo espaço físico recebiam-se amigos, executavam-se trabalhos manuais, era também o lugar da cozinha e do dormitório, este, composto normalmente por redes e esteiras pelo chão.

Nas classes populares, a privacidade era um luxo que ninguém tinha...Entre os poderosos, a multiplicação dos quartos nas residências não significava garantia de privacidade. Todos davam para o mesmo corredor e raramente tinham janelas. Ouvidos indiscretos estavam em toda a parte. Frestas nas paredes permitiam espiar. Chaves eram artefatos caríssimos e as portas, portanto, não se trancavam. Elemento de ostentação nas casas ricas, a cama traduzia um nível de vida: a conquista do tempo e da liberdade. Mas para as suas intimidades, os casais sentiam-se mais à vontade, “pelos matos”, nas praias, nos campos, na relva. Longe dos olhos e dos ouvidos dos outros.” (PRIORE, 2011, p. 24)

Até o presente momento, a habitação popular no Brasil é extremamente modesta, abrigando em dois ou três cômodos, famílias numerosas. Obviamente que as habitações populares sempre se diferenciaram daquelas pertencentes a extrato abastado na sociedade. A parte pobre sempre viveu em casas pequenas de um ou dois cômodos, diferentemente das elites para quem a casa é, também, sinônimo de poder e *status*. No Brasil pós-abolição, os negros libertos passaram a ocupar terrenos sem valor financeiro, formando os cortiços urbanos em que a privacidade do sujeito é neutralizada haja vista que não há espaço privado para se desenvolver a noção plena de sujeito do tipo burguês que se desenvolveu a partir do ideário liberal do século XVIII. As camadas populares, vinculadas ou não à escravidão africana, também se abrigavam nesse tipo de moradia cuja divisão não favorece a emergência desse novo sujeito particularizado em que certo espaço lhe pertence exclusivamente dentro da casa.

São aglomerados urbanos chamados de favelas ou comunidades (denominação mais recente) em que a privacidade é solapada pelo coletivo. Hodiernamente, ali viceja todo tipo de violência contra as famílias, quer seja de seus membros quer seja institucional. São complexos de tamanhos de cidades em que casebres, mocambos e barracos abrigam famílias numerosas. A questão da concentração de renda, a problemática fundiária e a inequidade de todo tipo assolam esses lugares, ali vicejando a violência sobre seus membros. Em alguns lugares a segurança é realizada por milícias, o que implica mais violência, tanto física quanto psicológica sobre seus habitantes. A escrita autobiográfica de Carolina de Jesus, *Quarto de*

*despejo*, narra a difícil e hercúlea tarefa de uma família a viver na comunidade pobre de Canindé, em barracos insalubres que são o quarto de despejo da cidade de São Paulo. Em oposição, destacam-se as casas burguesas, assobradadas, ajardinadas em que a protagonista pede esmolas e lixo reciclável. As moradias diferem de acordo com as classes sociais.

A construção da noção de indivíduo moderno no Ocidente inicia-se no século XVI e alcança seu acabamento no final do século XVIII ( DUMONT, 1992; FOUCAULT, 2013). Antes do século XVI, o indivíduo moderno não existia. Parte da doutrina cristã produziu, segundo Dumont (1992), um “indivíduo-fora-do-mundo”, isto é; um indivíduo em relação a Deus. O poder teocêntrico se espalha na sociedade, permeando as instituições e a família também. O homem é menor que Deus; o sujeito é assujeitado ao transcendente. Porém, o avanço de uma mentalidade científica e técnica vai empoderando o homem que se aparta de Deus e das explicações espirituais. A cultura religiosa vai sendo enfraquecida pela cultura científica e considerada racional, e um novo sujeito surge. Um dos marcos fundamentais do confronto à dimensão teocêntrica, é a da libertação da razão divina e aquisição da razão humana com a ascensão, sobretudo do Empirismo e do Racionalismo, com Renné Descartes e Francis Bacon.

O Humanismo gera o fortalecimento do homem como criatura dotada de pensamento racional que tudo controla, inaugurando também a dimensão de um sujeito que pensa tudo poder dominar e entender, independente de propósitos transcendentais. Com o advento de ideais de liberdade, autonomia e racionalidade, ocorrem as revoluções de ordem técnica, política e moral do século XVIII. Exemplos são a Revolução Industrial e a Francesa, cujas ideias e valores colocam o homem e sua racionalidade acima do poder divino. Junto a isso, surge uma nova ideia de sujeito, para quem a vida privada é tão importante quanto a vida pública. Nasce um novo sujeito, de cepa burguesa, livre das amarras divinas, do jugo do estado feudal, de certa moral cristã, dado como livre para amar, comercializar, votar, celebrar contratos sociais etc.

Sua aparição na história social vem reafirmar a noção de autonomia e liberdade financeira de uma categoria de trabalhadores liberais, em especial os artesãos, comerciantes e pequenos proprietários rurais, que, segundo Bobbio (2004), na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, adquiriram uma configuração típica de classe. Esse sujeito se afirma como classe, não apenas por ser o precursor do capitalismo; mas por construir novos valores sociais do “espírito burguês”, cujos valores se fundamentavam nas doutrinas liberais, no racionalismo e, em especial, na ferrenha crença no poder do individualismo. Logicamente que esse sujeito empoderado pela ideia de autonomia pelo trabalho e pela razão não atinge todas as classes

sociais. Os mais pobres continuam sob o jugo econômico de outros e têm sua liberdade bastante limitada. Nesse bojo, estão também as mulheres cuja emancipação pela razão, pelo trabalho e pelo voto não se processa do mesmo modo que para os homens. Continuam sob o mando patriarcal, confinadas a uma invisibilidade social, independente de classe social, até o século XX quando os movimentos de emancipação feminina passam a reivindicar direitos iguais aos dos homens. Esse novo indivíduo já não precisa de um templo, de uma igreja, mas de um escritório em que poderá exercer seu trabalho e de uma casa onde se refugiará do espaço público, alcançando certa autonomia e sustentando a si com sua profissão e, também, poderá constituir sua família longe do coletivo em seu espaço privado. Obviamente que o espaço privado também é simbólico e, dependendo da classe social, a casa sinalizará para o poder de seus membros, ostentando o sucesso material.

O inverso também é verdadeiro, pois a casa poderá identificar o sujeito como desvalido, pertencente às classes desfavorecidas. No romance *Quincas Borba* de Machado de Assis narra-se a trajetória do personagem Rubião, de pobre enfermeiro a rico proprietário e de como a aquisição de nova casa, aos padrões das elites oitocentistas, acontece e altera sua vida. A arquitetura, a decoração interna, as alcovas, as salas descortinam uma nova vida em ascensão material.

O processo civilizador do século XIX empenha-se no esforço logístico para a plena comodidade do novo homem. Foi necessário dar ao indivíduo, no seu batismo doméstico, uma sala de ser e estar. “Se tivéssemos que resumir tudo em uma só frase, poderíamos dizer que a história da vida privada é um relato do prolongado esforço de se sentir confortável” (BRYSON, 2011, p. 155). A Revolução Industrial, sobretudo para os abastados, vai trazer conforto não só para aristocratas, mas também para os burgueses. O espaço doméstico e privado enche-se de bens materiais, atestando o sucesso dos burgueses, novos atores políticos e econômicos. Ficam de fora os pobres que vivem em bairros populares e insalubres cujas moradias não são confortáveis; o espaço é diminuto e agrupam-se lado a lado em cortiços. Na Literatura Brasileira, o romance *O cortiço* de Aluísio Azevedo conta a história dos cortiços e dos sobrados do século XIX, em formação e expansão, aqueles abrigando a classe humilde; estes as classes privilegiadas em franca oposição, intercâmbio e conflitos entre si.

Até o final do século XVIII, a ideia de ter conforto em casa não era difundida e a poucos alcançava. O significado do termo conforto, até então, era algo que se dava a um doente, a uma pessoa ferida ou uma espécie de consolo à viuvez ou à mãe angustiada pelo filho. Apenas no início do século XIX é que se falava em ter uma casa confortável, e nela um cômodo à parte para maior privacidade do indivíduo que iniciava os experimentos da sua

existência interior e o regozijo das suas pequenas satisfações psíquicas. A consciência da existência de uma entidade singular se engrandece por sua particularidade. Do latim, indivíduo quer dizer “indiviso”, “único”. Será realmente preciso dar “conforto” a essa inconsolada criatura que até o século XVI não passava de um pedaço de Deus. Aqui, surge poderoso, pretendendo alcançar o domínio sobre a natureza, o meio social, a política e a sua vida privada. É a partir de si que vê o mundo, julgando ser a fonte do saber e do dizer, reforçando-se um individualismo subjetivista. Obviamente que no século XIX, diferentemente desse extrato liberal em que avulta o sujeito, surgem outras teorias como o Marxismo que prega justo o contrário, ou seja, o poder do coletivo sobre o sujeito. Entretanto, o Liberalismo que funda esse novo sujeito empoderado, o *self made man*, predominou como ideário burguês, vindo até nossos dias.

Todavia, no bojo de uma visão liberal, o espaço físico desse novo sujeito se altera. Ele precisa se empoderar juntamente com seu espaço. Esse deve se ajustar aos seus anseios individuais. Foi então que essa nova perspectiva exigiu a criação e um cômodo, o escritório, para o exercício de sua racionalidade. Precisou também de cozinha privada para preparar seus banquetes. Demandou-lhe quartos que se ampliaram e se sofisticaram, inclusive para dar espaço aos prazeres do sexo. Até o final do século XVIII, o sexo era vivido e praticado apenas como um “impulso sem nome”, nos termos de Foucault (1984, p. 146). Era a “carne”, inclusive vista como pecaminosa, devendo ser controlada pela assepsia de uma vida espiritual.

À medida que a carne passa a ser o sexo, nas afirmações foucaultianas, a sexualidade emerge como uma força que também diz muito sobre esse sujeito moderno cujo exercício da sexualidade não lhe deixa trégua. É preciso ter uma sexualidade ativa. As alcovas são decoradas para receber essa nova atividade física, cujas regras visam já o aumento do prazer material em contraste com a perspectiva unicamente de procriação ou de atividade pecaminosa imperante antes da Idade Moderna. A ideia foucaultiana vai de encontro à explicação centrada na exclusão e proibição da sexualidade. Diferentemente dessa posição, Foucault ressalta que há um estímulo por todo lado à atividade sexual. O sexo passa a ser exigido, cobrado, falado, estimulado. O casal burguês terá um cômodo específico para o seu exercício. Sabemos que nas habitações populares ou em sociedades holísticas, a sexualidade não é privada, pois o espaço é diminuto e compartilhado por uma família extensa. O romance *Lucíola* de José de Alencar, cuja protagonista é uma prostituta, atesta essa nova realidade da alcova, bem decorada, ambiente incitador da sexualidade, já aos moldes de uma burguesia nascente em solo nacional.



O espaço íntimo do quarto, não é mais o lugar exclusivo onde se confortavam os enfermos estremunhados. Esse espaço agora abriga outra atividade que deve ser privada. A decoração do quarto, a cama entalhada, os espelhos para reflexo e reflexão da individualidade e a valorização do eu, como um novo ser, dão a esse cenário uma vivência mais substantiva e sexualizada do corpo. Também surge a banheira, não mais para somente higienização, mas para expandir o avanço dos deleites sexuais. Já o lavabo, o *toalete*, o banheiro, também funcionam como espaço secreto na casa, onde se procura ocultar o nosso atavismo animal. É o reino da cultura em contraste com a natureza que vai “civilizando” a casa e criando novos espaços. A porta do banheiro sempre está fechada. Uma furtiva maneira de negar aos olhos e ao nariz, a nossa desagradável dimensão biológica. Porém, aí também o cenário precisa ser luxuoso para atestar o *status* do proprietário e a distinção social. Porém, dependendo da classe social, teremos casas com banheiros coletivos. É o caso das pensões para classes humildes nas cidades. O romance *A hora da estrela* de Clarice Lispector narra a vida de uma migrante nordestina, pobre, sem família a tentar sobreviver na cidade carioca. Ali, divide um quarto com outras pessoas, da mesma condição econômica, privando-se de qualquer intimidade dentro do espaço doméstico.

Na sala de jantar, outro triunfo contra a natureza aguarda o indivíduo. O garfo, uma propriedade pessoal da nobreza cortês, “cuja data exata de surgimento ignoramos” (FRUGONI, 2007, p. 107). Uma parafernália de artefatos à mesa, com vários tipos de talheres, de copos, pratos, bandejas, etc., encontram-se ordenados em uma sequência ritualística rigorosa, para receber o nosso anfitrião e a nós mesmos. As etiquetas à mesa visam civilizar esse novo homem. Tal parafernália não teria outro fim senão o de frear os nossos impulsos primitivos. A boa educação recomenda não limpar o prato. O último pedaço sempre fica exposto a todos, como álibi que atesta a nossa capacidade de vencer a própria gula. Também é sinal de fartura e desperdício. A sobra diferencia a classe, confrontando o rico e o pobre. A cozinha e a sala de jantar são lugares de passagem da natureza para a cultura, que Elias (1994) nomina de “processo civilizador”. Esse homem burguês precisa se diferenciar dos proletários e se equiparar à aristocracia decadente.

Primeiro tirou o poder político da aristocracia, vicejando como indivíduo burguês, autônomo em relação à casta que o oprimia. Porém, logo depois, passa a negociar com a aristocracia, dela se aproximando e a imitando em um afã de se civilizar e esconder seu passado de pobreza e privação. Todavia, cria novos códigos, mas não deixa de mobilizar os antigos pelos quais nutre um fascínio e uma submissão. O estilo burguês se aproxima e se afasta do estilo aristocrático. É um novo homem que surge e os espaços acompanham essa

alteração. Já não são mais os palácios e sim as casas burguesas as novas moradias. Suntuosas, privadas, com inúmeros cômodos para abrigar o ser particularizado, mas também para oferecer festas que atestam o sucesso material de seus proprietários. Nova classe social aparece no cenário econômico e político e a casa se altera para contar a histórica exitosa desses burgueses. Os pobres, diversamente, continuam em casebres, vivendo de modo parco, ausentes desse cenário fáustico.

A obra de Bill Bryson, “Em casa”, sintetiza o que apresentamos:

Concebi então a ideia de fazer uma viagem ao redor da casa, passear de aposento em aposento e considerar o papel de cada um na evolução da vida privada. O banheiro daria uma história da higiene; a cozinha, do preparo dos alimentos; o quarto trataria do sexo, da morte e do sono; e assim por diante. Enfim, eu escreveria uma história do mundo sem sair de casa” ... O que descobri, para a minha grande surpresa, é que tudo que acontece no mundo ---- tudo que é descoberto ou criado, ou ferrenhamente disputado---- vai acabar, de uma forma ou de outra na casa das pessoas. As guerras, a fome, a Revolução Industrial, o Iluminismo--- tudo isso está lá no seu sofá e na sua cômoda, escondido nas dobras das suas cortinas, na maciez de seus travesseiros, na tinta das suas paredes, na água das suas tubulações. Assim, a história da vida doméstica não é apenas uma história de camas, sofás e fogões, como eu vagamente supunha, mas sim do escorbuto e do guano, da Torre Eiffel e dos percevejos, dos ladrões de cadáveres e de mais ou menos tudo que já aconteceu. As casas não são o refúgio contra a história. É nelas que os fatos históricos vão desembocar.” ( BRYSON ,2011, p. 18-19)

Perceba-se que no Brasil do século XVIII e XIX, temos a casa-grande e a senzala nas fazendas. Aqui vive a família extensa. Esse indivíduo liberal está quase ausente. O proprietário é quase um senhor feudal que a tudo domina e a quem se pede ajuda, auxílio, pouso, proteção, justiça, empréstimo, apadrinhamento. O ser humano escravizado, de origem africana, divide a senzala, neutralizando a possibilidade de sua existência como ser particularizado, isolado do social. Ali, nas senzalas, a vida e a ajuda coletiva são a tônica.

Embora em ambiente inóspita, mesmo assim, formam famílias. Dentro das senzalas, a família escrava sobrevive a partir do coletivo. Nas cidades já se formam os cortiços dos pobres e dos alforriados. A noção de sujeito liberal, emancipado pela razão e vivendo pelo seu trabalho liberal e para sua família, ainda é bastante inexpressiva no Brasil setecentista e oitocentista. Essa noção será mais própria do século XX quando surgem nossas classes médias e o sujeito e a sua vida privada passam para o proscênio. A família não é mais numerosa, as casas são mais modestas e o ambiente familiar possibilita um fechamento para o exterior, para a rua. Os problemas familiares são cada vez mais resolvidos no interior da casa.

Exemplo dessa mudança é o romance *Éramos seis* de Maria Leandro Dupré que narra a saga de uma família de classe média que se agrupa e sobrevive em casa modesta, mas com conforto. Obviamente que no ambiente urbano, uma aristocracia da terra, senhores de escravos, altos burocratas vivem em palacetes que lembram as casas grandes em que a família

é extensa, com vários agregados, vivendo de favor. Assim, percebemos que a casa conta a história da cultura e do econômico nas sociedades humanas. Entender como essa casa se relaciona com a sociedade e com a rua nos possibilita entender a cultura humana, pois a casa e a rua não são somente de ordem material, mas imaterial; sendo que nesses cenários a vida política, ética, moral, coletiva, individual, se desenvolve.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 3.1 O ser humano como categoria simbólica

Vinculamo-nos à perspectiva de que cada ação prática, cada construção material da obra humana, é acompanhada de um correspondente simbólico, pois se fosse apenas para saciar a fome, não precisaríamos sentar à mesa, agradecer aos deuses pelo alimento e prover do “cru e do cozido” como aponta a obra de Lévi-Strauss (2004). Os códigos alimentares servem ao corpo, mas também são formas de simbolizar pessoas, como por exemplo, a metáfora do doce e do salgado. Comumente associa-se o açúcar ao feminino e à ordem privada, “Ela é um doce de mulher”, enquanto que o salgado designa a ordem pública e masculina. Nosso código de alimentos também pode estabelecer uma moralidade nas coisas, “Isto não está me cheirando bem”. Também a simbologia do sujeito primitivo e do civilizado encontra-se intimamente ligada ao gosto que se tem por certos alimentos.

O cru é representado por um estado de natureza que engloba categorias de pessoas selvagens, ao passo que o cozido, associa-se ao “processo civilizador”, nos termos de Elias (1994), e engloba uma categoria de pessoas classificadas como mais polidas, mais adiantadas na competência de controlar seus impulsos selvagens, pois, como define a metáfora do guloso, “o apressado come cru” (DAMATTA, 1993). A cultura, tomada aqui como uma “teia de significados comuns”, nos termos de Geertz (1989, p. 15), imprime na natureza humana seu registro diferencial, pois; reafirmamos que se fosse apenas para o ser humano copular e reproduzir, não precisaria do ritual do casamento, como foi mencionado no início deste texto. Um dedo é apenas uma massa orgânica funcional para o corpo, mas um dedo com uma aliança de compromisso é a inscrição do cultural no biológico. Com isso, queremos destacar que a forma de pensar o mundo, está marcada por nossas significações culturais. É o que o antropólogo Geertz nomina de “etnologia do pensamento”. Em outros termos, significa dizer que não existe uma razão pura, uma consciência neutra ou uma inteligência universal. Cada sociedade possui uma forma de pensar marcada por suas crenças e valores locais (GEERTZ, 1997).

A cultura também passa por uma clivagem de classe, pois há uma enorme valorização da cultura da elite em detrimento da popular. O que comemos e como comemos e o que vestimos e onde moramos nos dá a distinção e pertença a certa classe. Assim, os valores culturais não são neutros, mas carregados de índices de classe. No Brasil, assim como em qualquer sociedade de classes, a casa e seus espaços privado ou coletivo nos diz muito de seus habitantes, e se são abastados, pobres ou remediados. No dizer do antropólogo, “a casa se exprime numa rede complexa e fascinante de símbolos que são parte da cosmologia brasileira, isto é, de sua ordem mais profunda e perene” (DAMATTA, 1993, p. 27). Acredita-se que a “comida caseira” teria um sabor melhor do que os pratos de restaurantes, porque tudo que é “feito em casa” adquire na nossa sociedade uma pitada de afeto, de cuidado e preciosidade, em oposição ao que é feito na rua ou fora de casa.

O antropólogo (DAMATTA,1993), na sua célebre obra “A casa e a Rua”, destaca o mal de quando se coloca alguém “para fora da nossa casa”. Essa atitude inóspita carrega sempre o significado de uma ação violenta, pois se priva essa pessoa de um espaço marcado pela familiaridade e pela hospitalidade, deslocando-a para a rua, lugar da impessoalidade, do perigo e do anonimato. O mundo externo é pensado como lugar da competitividade, da luta individualista que não pertence a mim e a ninguém. Em casa, somos gente, pessoas; na rua somos “o povo, a massa”. Um espaço que contraria as nossas vontades particulares e por isto a rua é a metáfora “da dura realidade da vida” (DAMATTA, 1993, p. 29).

A rua contrasta com a casa, porque nesta, temos o reconhecimento da nossa identidade pelos membros da família com sua rede de vizinhos, amigos e compadres. A casa é também resultado do bom sucesso do indivíduo fora dela. A casa conta sobre o trabalho bem remunerado, a racionalidade e organização de seus proprietários. A casa é também índice de sucesso do indivíduo vencedor. Obviamente que isso não ocorre nas casas populares, nos cortiços e favelas. Aqui, recai toda uma cultura de desvalorização da casa que é um casebre. Aqui, se conta a história do fracasso, da pobreza. Há, portanto, a clivagem de classe, dependendo do espaço que o sujeito pode ou não adquirir como seu. O valor da casa privada é imenso em nossa cultura, haja vista que os governos adotam políticas de empréstimos para a aquisição da casa própria. A aquisição da habitação privada tem financiamento estatal, sendo assegurada por políticas públicas em nossa sociedade Ocidental.

### 3.2 “O que faz o Brasil, Brasil?”

A partir da chegada da família real ao Brasil, em 1808, foi estabelecida uma divisão profunda entre as instituições e leis que regimentariam o Estado e as leis que seriam aplicadas à população local. No alto da sociedade, a aristocracia portuguesa blindada pela imunidade e privilégios. Muito distante, bem abaixo, uma legião de indígenas e escravos, “ao Deus dará”. Até os dias de hoje, o Brasil é constituído por um tremendo sistema hierárquico que coloca o governo, não raras vezes, separado das classes menos privilegiadas. O estado tem sido privatizado pelas castas altas, sobretudo de capital financeiro transnacional que controlam as elites nacionais. O indivíduo comum, simples, desprovido economicamente fica alijado do processo de proteção governamental. As buscas de soluções para os problemas do dia a dia foram e são resolvidas pela capacidade de cada brasileiro fazer amigos e colher deles uma rede de apoio social, visto a dada privatização estatal mencionada. Daí, a expressão “se virar como puder”. Trata-se de uma sociedade que procura fortalecer relações, pois ter alguém que conhece “os homens lá acima” torna-se uma das estratégias de sobrevivência financeira para que se possa “subir na vida”; ou em outros termos, aquilo que os sociólogos chamam de “mobilidade social ascendente” (GOFFMAN (1999, p. 41). Muitas vezes, a simples sobrevivência depende dessa rede de favores, pois não estamos em uma sociedade meritocrática, impessoal e burocrática que poderia “resfriar o humano” das relações, como assevera Max Weber. A casa tem que se valer da rua, mas, em muitos casos, em uma direção espúria, buscando na personalidade do compadrio, do nepotismo a sua sobrevivência.

Almeida (2007), conclui em sua Pesquisa Social Brasileira que depois de Deus, a família e os parentes são as entidades nas quais nós mais depositamos confiança. Trata-se de uma sociedade que se organiza pelos “laços de sangue e de afetos”, nas palavras de (Holanda,1995), condição para a nossa navegação social. Basta analisarmos a história do Senado brasileiro, da Câmara Federal, Municipal e do nosso tradicional presidencialismo carismático. São histórias em que invariavelmente os escândalos recaem sobre o nepotismo ou sobre os benefícios concedidos aos parentes, aos amigos, amantes e vizinhos com a criação de milhares de “cargos de confiança”, cujo critério não é o mérito do candidato, mas o seu grau de relacionamento afetivo, tal como na intimidade da casa. Aqui, a casa invade a rua, o espaço público, almejando alcançar benefícios para seus membros, privatizando o coletivo.

Pode-se entender, então, porque se faz com tanto desprendimento e facilidade da administração pública, uma extensão do espaço doméstico. “Sinta-se em casa”, expressão pela qual normalmente recebe-se uma pessoa no serviço público. Pela mesma lógica, a inversão do

espaço público no trânsito também é remodelada, conforme a dimensão doméstica. O motorista, ao se colocar no assento do seu automóvel, dirige como se estivesse sentado no sofá da sua própria casa. Atende ao celular, usa o espelho retrovisor como artefato de maquiagem, ao mesmo tempo em que, por vezes, ingere bebida alcoólica imaginando estar em um “churrasco” na casa do amigo. Dobra uma rua sem dar sinal, como se sáísse do banheiro para ir para a sala, desatento pela pressa de assistir à novela. O Brasil ocupa o terceiro lugar no planeta, entre os países que mais matam no trânsito. Temos uma média de 30 a 40 mil mortes por ano, além das sequelas de invalidez. Ignora-se o código oficial e se estabelece uma forma pessoal de dirigir. A lei é vista como uma regra impessoal que atrapalha nossa forma personalista e doméstica de perambular no trânsito.

Há uma resistência histórica de se incorporar as leis oficiais no Brasil. Espécie de “estraga prazeres”, porque, ou se obedece, ou se desobedece, mas nunca a lei é respeitada. Um sistema paralelo de acordos e “manobras” pessoais se opõe ao sistema impessoal das leis oficiais que por vezes são chamadas de “leis que não pegam”. O indivíduo burguês de extrato liberal, oriundo dos séculos XVIII e XIX que citamos, parece ausente no Brasil. O sujeito liberal vive de seu mérito próprio, seu labor, separando o público do privado e guiando seu comportamento pela impessoalidade das regras e leis do mercado e da legislação vigente. No Brasil, esse sujeito parece inexistir, pois vive da pessoalidade das relações, confundindo o espaço privado com o público.

Expressões socialmente difundidas, como, “tio”, retratam a intimidade parental com a qual valorizamos tudo que é familiar. Além de outras linguagens metafóricas que também reafirmam nossa efêmera cordialidade: “Querida”, “amiga”, “parceiro”, “simpatia”, “companheiro”, “meu chapa”, “meu irmão”, “mano”, “compadre” ou ainda “amigão”, revelam a intensa necessidade de tornar o estranho, familiar. O pano de fundo dessas transformações é a incessante necessidade brasileira de “se sentir em casa”, mesmo que pela via do “jeitinho brasileiro” (ALMEIDA, 2007; BARBOSA, 2006). Em 1946, registra-se pela primeira vez a aparição do “jeitinho brasileiro”, quando um médico húngaro teve sua profissão alterada pelo cônsul que deliberadamente resolveu transformá-lo em agrônomo, como forma de driblar a lei (entendida pelo cônsul como “besteiras sem importância”) para facilitar seu visto e sua permanência no Brasil (KELLEMEIN, 1961). Eis o dilema brasileiro, ao qual DaMatta (1993), apresenta na obra *Carnavais, Malandros e Heróis*.

Devemos agir seguindo as regras da vida pública a que todos deveriam se sujeitar, ou agimos conforme nossos interesses privados e em benefício dos nossos parentes e amigos? Entretanto, como temos destacado, o Brasil é uma sociedade dividida em classes sociais. As

mais pobres pouco se beneficiam dessa rede de favores, pois estão alijados do processo. Apenas contam com o apoio de iguais em horas de infortúnios. A sua casa, o seu casebre, pode ser invadido, destruído, alterado. Nada tem de estável em sua vida. Não há espaço privado que sobreviva a um espaço coletivo como o da favela, em que tanto o poder policial e dos narcotraficantes impera de modo, não raras vezes, brutal. Mesmo aqui, muitos só sobrevivem dentro de uma rede de relações, por vezes violentas, em que os moradores devem obedecer a toques de recolher, fechamento de escolas e restaurantes, impedidos de saírem às ruas em situação de confronto entre traficantes e destes com policiais e milícias. Resta apenas o espaço da casa, ou melhor, do casebre, pois a rua está interdita. Não há o direito *ao habeas corpus*; o espaço público está invadido pelo crime. Essa impossibilidade de viver o espaço da rua, integrado a casa, é recorrente em bairros populares dominados pelo crime organizado.

### 3.3 A representação da casa e da rua no imaginário brasileiro

A relação entre a casa e a rua, no Brasil, obedece a uma ordem complexa e paradoxal, típica da lógica brasileira que vê na “mistura” um valor nacional. Mistura-se feijão e arroz, chicletes com banana, axé music. Faz-se um sarapatel de bucho de bode tanto na comida como na arte, na política e nas práticas cotidianas. O que se perde em casa, ganha na rua. O que se acha na rua torna-se propriedade de quem encontrou. Expressões como “Achei não roubei, é meu” ou “a rua é pública”, denotam a possibilidade de se realizar nela o que não fazemos em casa. O distinto, trabalhador e pai de família, lava as mãos ao chegar da rua. Esse ritual cumpre muito mais uma assepsia da limpeza moral do que uma higiene das mãos.

O mesmo pai de família, honrado e moralista, no mundo sagrado da casa, torna-se um homem profano ao “mexer com as mulheres na rua”. A rua, em oposição a casa, torna-se muitas vezes, o espaço da devassidão. A expressão “uma mulher da vida”, para designar a prostituta, facilmente sofre um deslize sociológico pela expressão “mulher da rua”. Nela, a manifestação da beleza da mulher, pode ser entendida pela lógica masculina, como uma insinuação, pelo “uso de roupas provocantes”. Tal lógica funciona como uma espécie de álibi histórico para permitir que os homens “mexam” com as mulheres que circulam na rua. Num grau mais impactante do que “mexer”, o mundo da rua como “terra de ninguém”, faz vistas grossas às “cantadas” e ao assédio sexual; ao contrário da casa como lugar de respeito. Na cultura de qualquer sociedade, a casa e a rua são compreendidas como entidades que estão

muito além da sua materialidade. No Brasil, isso também ocorre e nos conta muito do que somos:

Quando então, digo que “casa” e “rua” são categorias sociológicas para os brasileiros estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas, acima de tudo, entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas” ( DAMATTA, 1987, p. 15.).

Estar em casa significa pertencer a uma família, a um grupo fechado e protegido por pessoas do mesmo sangue e do mesmo afeto. São fronteiras que nos separam do mundo anônimo da rua onde não só estamos expostos à indiferença da impessoalidade pública, como vulneráveis aos estranhos que não nos reconhecem. Quando o patrão demite seu funcionário, ele o remete “ao olho da rua”. Quando não gostamos de uma visita indesejada dizemos que “a porta da rua é a serventia da casa”. Chamar alguém de “arruaçeiro” se assemelha a um rótulo que carimba o “marginal” dado às “arruaças”. O sujeito liberal dos séculos XVIII e XIX era também um sujeito cumpridor do contrato social rouseauniano, ou seja, um sujeito moral cuja responsabilidade com o social, com o público e com a rua deveria seguir as regras sociais estabelecidas. Dividia-se entre o sujeito privado, cuja casa, propriedade privada, entrava em sintonia com o sujeito social. Não poderia haver desequilíbrio de conduta.

O espaço doméstico, embora privado, seguia uma conduta moral assim como o comportamento social. O ideário liberal, em tese e teoria, apregoa essa articulação do público e do privado. São instâncias separadas, mas em harmonia. No Brasil, isso parece difícil de ocorrer. O privado se locupleta do público. O sujeito expande seu domínio para o público, privatizando-o segundo seus interesses. Há uma inversão da lógica liberal. A rua não é respeitada como espaço coletivo, pertencente a todos, que a partir de um contrato social, os indivíduos negociaram as regras do agir nesse domínio, inclusive firmando-as em legislação. No espaço que não é privado ocorre todo tipo de cultura do saque. As mulheres são perseguidas, estupradas, o dinheiro público é desviado, os parques são depredados, a política é corrompida, fortalecendo-se uma divisão perversa do público e do privado em que este domina aquele.

Obviamente que em relação a crianças e mulheres, em decorrência de uma cultura patriarcal, machista e autoritária, o espaço privado também é hostil. Na casa acontecem os



feminicídios, os incestos e abusos sexuais de vulneráveis. A casa se torna o local do sacrifício, em vez de proteger, ameaça e mata.

### 3.4 “Meninos de rua” e crianças de casa

Duas categorias distintas da infância brasileira se inscrevem na nossa sociedade. Aquelas que pertencem ao mundo da casa, as crianças, e aquelas que pertencem ao mundo da rua, os meninos de rua. A rua, no Brasil, é um mito fundador. Embora seja “um local perigoso” (DAMATTA, 1987, p. 62), ela possui uma rede de apoio social e afetiva capaz de englobar pessoas e definir identidades. Se as crianças socializadas são definidas na relação que ocupam com seus pais, os meninos de rua são definidos pela relação que têm com o anonimato da rua. Ele é uma criatura pública. Sem nome, sem adultos responsáveis por si, é definido segundo a sua territorialidade. Os filhos da rua são o grupo de contraste da infância socializada brasileira e representam a vergonha da infância marginalizada, expressa muitas vezes pela vexatória depreciação: “moleque de rua”. O ponto crítico da identidade social no Brasil é, sem dúvida, quando não há mais nenhuma possibilidade de definir alguém socialmente por meio de sua relação com alguma coisa, seja pessoa, instituição ou até mesmo um objeto ou atividade.” (DAMATTA, 1987, p. 64.)

No Brasil, a categoria "meninos de rua" nasceu na década de 80 (GREGORI, 2000), quando vários problemas da infância marginalizada adquiriram uma intolerável visibilidade social. Outras expressões anteriores aos anos 80, procuraram nominar o fenômeno, tais como: "menor infrator", "menor abandonado", "órfão" e "menor carente". Mais recentemente expressões como: "criança em situação de rua", "criança em situação de risco", "meninos na rua", ou "criança pobre", representaram a infância excluída. Em 1989, o Encontro de Bogotá realizado pelo UNICEF fez a distinção entre crianças "Na" rua e crianças "De" rua. Gregori (2000, p. 65), destacando a cultura da rua e sua poderosa rede de apoio social como um dos pontos centrais do fenômeno, chama a atenção dos pesquisadores brasileiros para os "fascínios da rua" (RIZZINI, 1995); ou “cultura da rua” (ZALUAR, 1985) ou, ainda, “microcultura específica” da rua (APTEKAR, 2000). O cenário da rua vem tomando outra acepção, ou seja, “... a busca da rua como principal espaço de socialização vem ganhando destaque na literatura a partir da década de 80.”<sup>2</sup> Logicamente que muitos desses meninos e meninas de rua, ali estão por falta de uma família estruturada e de uma casa.

---

<sup>2</sup>Caracterização das crianças e adolescentes em situação de rua no município de Curitiba. Prefeitura Municipal de Curitiba. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbanos. Secretaria Municipal da Criança e Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação. Curitiba, junho de 1999, p.5.

Muitos eram espancados em casa, sofrendo toda forma de abuso, e encontram na rua a proteção e a possibilidade de autonomia que não tinham em casa. Longe se está do sujeito burguês, em sua casa e cômodo privado, exercendo a sua individualidade. Na rua, embora se tenha uma certa rede de proteção e de favor, há também hierarquia, rufiões, código de conduta autoritário, violência, agressão, morte etc. Nem todos são iguais. Não é um espaço idílico e protegido em que seus habitantes estão dentro de uma rede de proteção acionada por eles mesmos em solidariedade plena.

Se, para os brasileiros, “estar fora de casa” significa para muitos encontrar-se “na rua da amargura”, teríamos que dedicar outro artigo para compreender o significado da rua no imaginário das populações de rua. Para encerrar essa seção, ressalta-se que o número de meninas é muito inferior (80% menor) ao número de meninos (Aptekar, 2000). Além da diferença quantitativa de gênero, também se evidencia a disparidade quanto ao tempo de permanência na rua. Elas não permanecem por muito tempo, se comparadas ao tempo dos meninos. A rua, no Brasil, é um universo predominantemente masculino. Ambiente inóspito e perigoso. Lugar da virilidade, em oposição ao mundo da casa. Veremos na seção seguinte, que trata sobre a violência de gênero, que os dados sobre meninos de rua reafirmam desde muito cedo que o espaço público ainda é, no Brasil, o mundo dos homens. Como temos salientado, crianças de casa diferem dos meninos de rua em decorrência de nossa clivagem de classe.

Outra dimensão do espaço como valor social e econômico que precisa ser enfrentado. O lar burguês e a sua privacidade com seus cômodos diversos não é para todos. O sujeito liberal burguês não viceja plenamente em nossa sociedade. Muitos são alijados desse processo de fundação desse novo sujeito social dividido entre o privado e o público. Além disso, a casa das crianças é também, hoje, mais do que nunca, o espaço da indústria cultural e material de venda de bens e serviços. Em frente a televisores, são bombardeados pela publicidade sem trégua que insta ao consumo de toda sorte de brinquedos da moda. Apegados a computadores, celulares e tablets são açoitados por jogos violentos e toda uma gama de publicidade nefasta, criando consumidores desde a tenra idade, afetando-os por tudo o que vem com a cultura do consumismo. Desse modo, a casa vem sendo invadida pela rua, pela mercantilização da infância nos lares de classes médias e abastadas também. E a invasão da rua, nesses termos, é nefasta, pois altera o sentido da infância, constituindo crianças, desde a tenra idade, ansiosas, violentas, agressivas, consumidoras vorazes de bens e serviços, impactando o equilíbrio da casa.

### 3.5 Violência de gênero na casa e na rua

O Brasil acumula o enfadonho cômputo de um estupro a cada 11 minutos. Em 2014, foram registrados 47.646 atos de violência sexual contra a mulher. A polícia estima que a maioria das vítimas de estupro não faz o registro das queixas, sugerindo que esse escore seja bem mais contundente.

Tão contundente quanto vergonhoso, o Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no planeta:

- 1° El Salvador
- 2° Colômbia
- 3° Guatemala
- 4° Federação Russa
- 5° Brasil**
- 6° México
- 14° Cuba
- 18° África do Sul
- 19° Estados Unidos
- 24° Quirguistão
- 26° Sérvia
- 34° Croácia
- 43° Jordânia
- 50° Portugal
- 60° Espanha
- 71° Japão.

A relação entre violência e gênero revela que 50% das mortes dos homens ocorrem no espaço público (na rua, nos bares, estádio de futebol, entre outros), enquanto que 31% dos homicídios de mulheres ocorrem no “espaço doméstico”, aqui, doravante entendido como o “espaço da casa”. No Brasil, a maioria das agressões contra a mulher, 67.2%, é perpetrada pelo ex-parceiro e pelo próprio parceiro com o qual um imenso contingente de mulheres convive por décadas em situação de risco e no espaço doméstico. O adágio popular de que “em briga de casal não se mete a colher”, parece ser um dos álibis que sustentam as estatísticas sobre a violência contra a mulher, já que 71.9% das agressões ocorrem dentro de casa, lugar onde vivem, mas também morrem a maioria dessas mulheres (WAIZELFISZ, 2015). Esses dados nos mostram que o espaço doméstico, privado, do sujeito equilibrado, racional, autônomo do ideário dos séculos XVIII e XIX parece não existir para essas mulheres assassinadas. Pelo contrário, o espaço privado da família, que deveria proteger, é o cenário da tragédia.

Damatta (1987) trata o Brasil como uma “sociedade relacional”, pois a organização da vida pública e privada se estratifica por intermédio das relações entre parentes e amigos, fazendo do nosso país; ou ao menos desejando que fôssemos uma “grande família”. Uma democracia atada por laços de sangue e de afeto. Dentro ou fora das esferas da violência, nossas práticas cotidianas procuram estabelecer intimidades relacionais em todos os setores da vida social ou daqueles que estão a sua margem ou em sua dependência. Não é por acaso que entre os membros do Primeiro Comando da Capital (PCC), as namoradas e as mulheres casadas com os “irmãos” são chamadas afetuosamente de cunhadas, embora não estejam ligadas formalmente ao Comando (VARELLA, 2017, p. 268). Obviamente que essa família extensa se agrega como possibilidade de sobrevivência em uma sociedade avessa à regras e contratos sociais impessoais estabelecidos entre iguais, como já referido. Uma sociedade hierarquizada e dividida em classes sociais em que impera a concentração absurda de renda em poucos e diminutos extratos sociais, faz do favor a única saída de existência. Em um cenário mais igualitário econômica e culturalmente, as relações de favor declinam sobremaneira.

A casa, em oposição à rua, é o lugar dos arrufos de casais, pois, como diz o adágio popular: “roupa suja se lava em casa”. A “unidade doméstica é um dos lugares em que a dominação masculina se manifesta de maneira mais indiscutível e não só através do recurso da violência física” (BOURDIEU, 2011, p. 138), mas também pela “dominação simbólica” a que o sociólogo se refere. A violência discursiva e a imposição de toda sorte de valores patriarcais respondem por essa agressão simbólica da mulher sob o jugo masculino.

O espaço doméstico torna-se, na nossa sociedade, a matriz sentimental das relações sociais e amorosas fortemente asseveradas pelo modelo patriarcal autoritário que delega à mãe os cuidados dos afetos domésticos e ao pai o trabalho público. Um modelo que construiu o ideal de amor materno personificado pela tolerância e proteção incondicional da mãe para com os filhos e dela para com o marido. A mãe é o centro do amor familiar. Fonte inesgotável da esperança e da sujeição. Vivemos em uma sociedade familista. O dia das mães no Brasil tem mais importância que o dia dos pais, já que ela é o centro dos afetos familiares. Nesse contexto, muitas mulheres acabam por aderir ao discurso e ao papel de cuidadoras do marido. A artista Tônia Carrero cita uma frase bastante exemplar a respeito dessa categoria de mulheres: “O truque para prender o homem não é beleza e nem juventude. É uma coisa tão besta que dá raiva: é parecer com a mãe” (PRIORE, 2013, p. 80).

À medida que a mulher avança na vida pública, a violência contra ela se intensifica, fortalecendo os dispositivos culturais de longa duração que reverberam, ainda, pela voz “lugar

de mulher é na cozinha”. Quando a mulher “sai de casa”, torna-se um problema para grande parte dos homens, pois o ciúme se potencializa e se aguçam as brigas de casal. Nota-se aí o esforço de muitos homens em fazer o possível para dar tudo que sua esposa necessita para a casa. Com muita freqüência, ouve-se dessas esposas o elogio ao empenho do marido: “Ele é um bom marido e não me deixa faltar nada em casa”. Se, por um lado é difícil para a mulher sair do lugar simbólico que a encarcera, é igualmente difícil para o homem não aderir ao discurso da virilidade, do comando, do poder e proteção a esse espaço doméstico. São produtos da incorporação dominante que ocorre inconscientemente e que transcende o sujeito, impondo-lhe uma ação impensada tanto pelos homens quanto pelas mulheres. São estruturas culturais de longo percurso que formam uma consciência coletiva que reproduz e fortalece a divisão do espaço entre o homem e a mulher. O espaço da casa é feminino, mas o da rua é masculino. Quem o ultrapassa é desqualificado. Mas mesmo no cenário da casa, a mulher está sob a égide do homem, cujo poder não se enfraquece. Inclusive, os feminicídios ocorrem em boa monta nesse espaço.

Um conjunto de processos ampara tais sentimentos na nossa sociedade. Certa formação religiosa no Brasil em que à mulher cabe sempre o papel passivo e de resignação; a idolatria familista de boa parte do povo brasileiro, em que se exige a permanência da união familiar mesmo que violenta; a representação da mãe-mulher que tudo perdoa e que pode dar todo amor a um filho e a um marido, mesmo sofrendo agressão constantemente. Essa é a tipificação sacrificial de um cenário que intensifica a posição inferiorizada da mulher, sempre paciente e pouco agente das suas ações.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As conquistas feministas para adentrar o espaço da rua, votando, trabalhando, exercendo a vida pública, ainda não são de todo bem-vindas em nossa sociedade patriarcal. Além disso, a ocupação laboral da mulher dentro do sistema capitalista de produção tem gerado toda sorte de malefícios, pois as mulheres passam a se responsabilizar por dupla jornada de trabalho, convivendo pouco com os filhos, adoecem fisicamente por estafa mental e física. A conquista do espaço da rua deve estar integrada a uma divisão de trabalho doméstico com o homem. Além disso, a problematização do trabalho dentro dos moldes capitalistas, que visa lucro e exploração do trabalhador, deve ser uma das discussões precípuas dessa tomada feminina do espaço da rua. Caso contrário, a saída da casa como emancipação feminina pode significar outro jogo, agora de ordem econômica e não patriarcal.

Essa discussão também envolve uma profunda reflexão sobre as mulheres menos favorecidas, uma vez que a violência física nesse cenário tem colhido mais vítimas. A mulher pobre sempre esteve no espaço da rua, como lavadeira, serviçal, prostituta, camareira e tantas outras profissões mal remuneradas e simbolicamente sem prestígio e estigmatizadas. O que fazer com esse cenário? Onde se encontra o sujeito liberal detentor de uma racionalidade que o levará a um saber emancipatório das peias da tradição, do jugo religioso, do domínio dos poderosos? Onde está o seu espaço privado, sua casa, seus cômodos, sua escrivaninha, sua biblioteca? Para responder a essa questão, muito ainda se tem a refletir.

Todavia, essa indagação deve continuar em nossas pesquisas, sendo um norte. Por ora, pensemos que o espaço privado deve conceder ao sujeito dignidade, proteção e autonomia para todos, independentemente de classe, gênero e faixa etária. Crianças, homens e mulheres devem ter acesso a um espaço seu, em que possam exercer uma interiorização, um refletir sobre si, tendo o cuidado de si, fortalecendo a sua individualidade. Esse espaço, no entanto, deve interagir com o espaço do outro e com o espaço coletivo, em equilíbrio constante. O espaço público é um bem comum e deve ser regido por um princípio de responsabilidade coletiva. O sujeito e o social não devem ser inimigos. Uma dialogia profunda entre o sujeito e o coletivo poderia fazer com que os espaços fossem fonte de alegria, libertação e encontro. Habitar a rua e a casa é ação diversa, porém complementar. O espaço da casa deveria fortalecer o indivíduo para que pudesse atuar melhor no coletivo, sendo mais equitativo, solidário e agregador. Porém, esse equilíbrio só se efetiva entre sujeitos que percebem os direitos de todos a terem acesso aos bens coletivos em uma sociedade em que todos trabalhem para o bem-estar social.

Todos devem ter acesso ao espaço da rua, ou seja, da política, da academia, do parque, da praia, do trabalho digno, do museu, da praça, do teatro, cuidando e zelando por esses cenários. Mas todos devem ter acesso ao espaço da casa, e esse deve ser digno para oferecer proteção física e sentimental, assegurando aí a possibilidade de se afirmar o indivíduo, diferente dos demais. Porém, a caminhada para a ocupação decente dos espaços passa pela refundação da ideia de sujeito, ou seja, um sujeito responsável para consigo e para com o outro. A transcendência dialógica de si no outro é o caminho para a ocupação responsável da *polis*.

Talvez o caminho seja para trás, e tenhamos que recuperar o sujeito grego que, em tese, procurava se autoconhecer em um estudo e cuidados de si constantes para melhor agir na *Ágora*, ligando assim o coletivo ao privado. Também uma revisão substantiva da dimensão econômica é necessária e urgente para que todos possam usufruir da vida material, tendo uma

casa digna e decente em que possam se desenvolver como sujeitos plenos para agirem socialmente em prol do bem comum, ligando a casa à rua.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. C. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- APTEKAR, L. **New directions on adolescent research: developing a cross-cultural methodology for working with street children**. Paper presented: The European Association for Research on Adolescence University of Jena. San Jose State University, June 2, 2000.
- BARBOSA, L. **O jeitinho brasileiro a arte de ser mais igual do que os outros**. Rio de Janeiro: Campus, 2006.
- BOBBIO, N. **Dicionário de política V.I.** Brasília: Universidade de Brasília, 2004.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BRYSON, B. **Em casa uma breve história da vida doméstica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CHILDE, G. **A evolução cultural do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- DAMATTA, R. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.
- DAMATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- DUMONT, L. **Ensaio sobre o individualismo uma perspectiva antropológica sobre a ideologia moderna**. Dom Quixote: Lisboa, 1992.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v. 1., 1996.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- FRUGONI, C. **Invenções da Idade Média**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GEERTZ, C. **O saber local**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

GREGORI, M. F. **Viração Experiências de meninos nas ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KELLEMEIN, P. Brasil para principiantes. RJ, Civilização brasileira; 1961

PALHARES, I. DIÓGENES, J. A cada 48 horas, uma mulher se queixa de assédio sexual nos trens de São Paulo. **Jornal Estado de São Paulo**, 26 set. 2015, Caderno A, p. 19.

PRIORE, M. D. **Histórias íntimas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

PRIORE, M. D. **Histórias e conversas de mulher**. São Paulo: Planeta, 2013.

RIZZINI, I. **Deserdados da sociedade – os “menores de rua” da América Latina**. Rio de Janeiro, Ed. Universitária, 1995.

STRAUSS, C. L. As estruturas elementares do parentesco. Petrópolis: Vozes, 2003.

In: **O cru e o Cozido**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Global study on homicide 2013**. [S.l.]: UNODC, 2013.

VARELLA, D. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência contra jovens do Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: [s.n.], 2015.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

**Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:**

FANINI, A. M. R.; GNOATO G. A Rua e a Casa: Uma Reflexão Dialógica Sobre Espaços Públicos e Privados. **Rev. FSA**, Teresina, v.17, n. 3, art. 16, p. 265-288, mar. 2020.

Contribuição dos Autores	A. M. R. Fanini	G. Gnoato
1) concepção e planejamento.	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X